

OS PROCESSOS DE MERCANTILIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS NEOLIBERAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE¹

Silvina V. Galizia

1. Introdução

Este texto é resultado de parte dos avanços da pesquisa realizada durante o período de capacitação pós-doutoral, entre 2023.2 e 2024.1, apoiada pelo Programa de Internacionalização CAPES-Print² durante o segundo semestre.

No decorrer desse tempo, aprofundamos os nossos estudos acerca das “reformas” ou contrarreformas³ das políticas sociais na fase neoliberal no capitalismo dependente, observando especialmente alguns fenômenos comuns na base das reformulações produzidas nos sistemas de políticas sociais na Argentina e no Brasil, que nos permitem afirmar que o padrão geral se redefine numa direção muito similar em ambas as nações.

Para fundamentar esta tendência comum temos com pano de fundo as mudanças sofridas no modelo de acumulação ou reprodução do capital na América periférica, as reformas dos Estados e as condições e relações entre frações de classe pós década de 1980 – a chamada “década perdida” –, momento em que o projeto neoliberal vence a disputa político-econômica interna em cada uma das nações e se inicia a recuperação do poder econômico (valorização do capital) e político (dominação) de setores dominantes tradicionais e novos via a implementação dos “ajustes estruturais” como única possibilidade estratégica.

Nestas quatro décadas de neoliberalismo, os países estudados estabelecem um modelo de reprodução do capital semelhante caracterizado por Osorio (2012, 2012a) e retomado por Filgueiras (2018) como “Padrão de exportações de especialização produtiva”⁴, alavancado pelos planos de ajustes estruturais neoliberais mais ou menos ortodoxos e/ou

¹ Alguns dos pontos aqui desenvolvidos foram apresentados em conferência proferida nas *XIV Jornadas provinciales de Trabajo Social: “El Trabajo Social frente a la crisis contemporánea. Desafíos y estrategias para el fortalecimiento de la autonomía profesional. Colegio de Trabajadores Sociales*. Mar del Plata, Argentina, em 10/05/2024.

² Programa Institucional de Internacionalização da CAPES. Se tratou de concessão de Bolsas para Professor Visitante Sênior no Exterior no âmbito do Programa PPGSS-UFRJ. Desenvolvi a minha pesquisa de pós-doutorado na *Universidad Federal de Rosario (UNR)*, Argentina.

³ “Reformas” ou contrarreformas, entendidas como as mudanças no Estado e políticas sociais no período neoliberal em que as medidas de ajustes estruturais e reformas do Estado restringem, limitam e/ou eliminam direitos sociais historicamente conquistados pelos diversos setores de trabalhadores. (Cf. Behring; Boschetti, 2007, p. 149).

⁴ Caracterizado por: produções seletivas (bens primários ou secundários), realocização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, precarização e flexibilidade laboral, economia para a exportação, redução e segmentação do mercado interno, polarização social, aumento da superexploração do trabalho, elevação da pobreza. (Cf. Osorio, 2012, Filgueiras, 2018)

heterodoxos⁵.

Nesta fase de recuperação dos capitais, os Estado neoliberais periféricos renovam suas relações com os grupos dominantes internos aliados aos externos e a sua subordinação às economias centrais ampliando os mecanismos de transferência de valores para os centros econômicos, através de remessas de lucros empresariais para o exterior, do deslocamento de fundos públicos sociais para particulares, do pagamento de juros das dívidas, ou propiciando a ampliação de mercados de serviços sociais, por um lado, e precarizando as políticas sociais públicas, por outro.

Esta dinâmica observada em países da América do Sul, absorve ou incorpora as políticas sociais reorientando a relação das instituições e recursos públicos e privados em benefício dos últimos. Sendo assim, é possível afirmar que a lógica estabelecida para as políticas sociais tende a favorecer os interesses de burguesias internacionais e a desatender cada vez mais as necessidades dos diversos grupos que compõem a classe trabalhadora.

É importante assinalar que o esforço teórico de marcar processos similares não apaga ou desconsidera as particularidades de cada nação, senão que contempla a possibilidade de encontrar fenômenos comuns essenciais⁶ que nos permitem fazer análises históricos de longo prazo em termos de tendências gerais.

Certamente, existem diferenças profundas que particularizam as experiências neoliberais em dois sentidos: entre as nações da América do Sul, e no interior de cada uma delas, o que, em algumas áreas dá uma aparência de dinâmicas díspares ou até opostas.

No entanto, entendendo as contrarreformas das políticas sociais como parte da dinâmica do capitalismo regional vinculado ao mundial, *a proposta* aqui é trazer alguns elementos da lógica das *reformulações* de maneira que, sem desconsiderar as particularidades, possamos compreendê-las como *peças das respostas de frações da classe dominante tradicional e novas que, para sustentar níveis de acumulação de riquezas e poder, se apropria de parte dos orçamentos sociais públicos, captura para si a oferta de bens e serviços sociais tradicionalmente públicos aprofundando a mercantilização, e precariza a oferta de políticas sociais públicas permanentes através do poder do Estado que objetiva as estratégias neoliberal. Esta dinâmica, não isenta de tensões, está indicando a perda de recursos, políticas sociais e direitos para os trabalhadores.*

Pensamos as “reformas” sofridas pelas políticas sociais no longo período histórico compreendido entre a década de 1990 e a atualidade, desde as suas condições materiais ou

⁵ Ao longo dos anos de neoliberalismo, podemos distinguir duas formas estratégicas de “ajuste estrutural” nos países latino-americanos, os planos *ortodoxos* ou duros, onde são aplicados mais estritamente os princípios do liberalismo econômico (década de 1990 em ambos os países (governos Cardoso, Menem), desde 2015 a 2019 (governo Macri) e desde 2024 (governo Milei), na Argentina e entre 2018 e 2023 (governo Bolsonaro), no Brasil), e os *heterodoxos* ou pragmáticos, onde os objetivos econômicos estão: a) em parte, condicionados à politização da sociedade pelas conjunturas políticas de abertura democrática o b) convivem com uma pauta social mais ampla, produto de planos “neodesenvolvimentistas” com necessários níveis de busca de consenso social e legitimidade governamental, mediante a permanência ou desenvolvimento de novas políticas sociais (década de 2000 e parte da de 2010 em ambos os países, nos governos Kirchner e Fernandez, na Argentina e Lula da Silva e Rousseff, no Brasil). (Cf. Tavares Soares; 1999:27-28; Smith, 1993:26, Boito, 2016). Há que ressaltar que atualmente, retomaram-se planos econômicos neoliberais *ortodoxos conservadores* em costumes ou comportamentos sociais e individuais, liderados por setores de *ultradireita*, expressando a defesa de estratégias autoritárias e colocando os processos democráticos no limite.

⁶ Fundamentalmente o que os países estudados compartilham é sua condição histórica e, atualmente, renovada de dependência com o capitalismo central, relação que se define a partir das dinâmicas de produção e desigualdade nos termos de intercâmbio (exportação de bens primários e importação de alta tecnologia), o tratamento da força de trabalho, nas remessas de lucros e juros para o exterior. Resumidamente, a dependência tecnológica, comercial e financeira. (Marini, 2012, Filgueiras, 2018).

objetivas (instituições, financiamento, marco legal, extensão, etc.), os processos contraditórios internos (luta de interesses de grupos de classe), e observando os elementos que permanecem, se renovam e o aparecimento de novos.

Para avançar na nossa afirmativa, dividimos o trabalho em 1. Apresentação do redesenho alcançado pelos atuais esquemas neoliberais de políticas sociais em países de América do Sul – Brasil e Argentina; 2. Retomada do significado de crise permanente e da doutrina neoliberal como uma das suas respostas; 3. Tratamento dos ajustes estruturais e o papel do Estado no marco do capitalismo neoliberal dependente latino-americano; 4. Apresentação de algumas categorias atualmente fundantes para entender a dinâmica das políticas sociais tais como a mercantilização, financeirização e expropriação.

Inicialmente, deixamos plasmadas duas noções essenciais na definição de políticas sociais:

1. fenômenos históricos, determinadas exogenamente, resultado de múltiplas determinações e definidas pela dinâmica económica e nas dimensões político-ideológicas e sociais;
2. as compreendemos como instrumentos de intervenção social do Estado, entendidas desde uma “dinâmica contraditória” que significa que respondem aos diversos interesses dos grupos de poder no interior da classe dominante e às necessidades ou demandas de setores dos trabalhadores, claro que em grados e níveis diferentes de acordo às diversas conjunturas, o que define que desempenhem várias funções ao mesmo tempo (económicas, políticas, ideológicas e sociais).

2. Desenho neoliberal das políticas sociais nos países estudados

Se comparado com o desenho de políticas sociais construído até meados da década dos anos de 1980 e início da de 1990 do século passado, atualmente podemos afirmar que em países de América do Sul, nos encontramos ante uma reorganização do esquema geral de política social, que preserva formas históricas, aprofunda algumas delas e cria outras. Sem dúvidas, com a implementação dos ajustes estruturais neoliberais, o esquema e as funções das políticas sociais têm se reconfigurado.

Podemos notar que uma grande parte das políticas sociais setoriais –saúde, previdência social, educação, seguridade, habitação e até os programas e políticas assistenciais, entre outras–, foram se incorporando cada vez mais à dinâmica de lucratividade do capital, apresentando “novas” combinações público-privadas tanto em termos de organização institucional como na utilização dos recursos destinados a elas.

Qual é o ponto de partida para gerar esta afirmação? Vejamos.

O parâmetro do qual partimos para definir as mudanças contemporâneas são os esquemas de políticas sociais, ainda que mais ou menos limitados, insuficientes, fragmentados, excludentes, etc., construídos pelos países de América do Sul desde as primeiras décadas do século XX até a entrada económica, política e social da doutrina neoliberal, entre meados dos anos de 1980 e 1990. Estas são as formas que se consolidaram durante os modelos de desenvolvimento industrial (ISI) ao longo de regimes políticos autoritários e democráticos que responderam a diversos interesses de setores urbanos das classes fundamentais, principalmente a grupos dominantes dos setores industriais e comerciantes, de trabalhadores urbanos organizados e burocracias estatais, entre outros. Os sistemas de políticas sociais atenderam mais ou menos a demandas diretas ou indiretas de

frações de grupos subalternos de acordo com sua força econômica e organização política vinculadas ao trabalho formal; se estabeleceram como estratégias de valorização do capital, socialização de custos de reprodução da força de trabalho urbana, ou como antecipação de conflitos por parte das burguesias locais. A dinâmica estabelecida determinou políticas sociais segmentadas, umas para trabalhadores urbanos necessários, formalmente ocupados, fundamentais para o desenvolvimento industrial (seguros sociais), e outras para desocupados ou incapazes (assistência), combinando instituições e financiamentos públicos (desde o orçamento geral) e privados (desde o empresariado, trabalhadores e sociedade civil).

Mesmo que em diferentes períodos históricos, alguns dos maiores sistemas de políticas sociais como os de saúde, previdência social, educação, se organizaram como políticas de Estado, permanentes e garantindo direitos sociais para trabalhadores ocupados e políticas e programas de assistência, com menos estrutura e status institucional e financeiro, mas permitindo concretamente fortalecer a estrutura do Estado, a sua responsabilidade pela reprodução, capacitação e valorização da força do trabalho necessária para o desenvolvimento do modelo de reprodução do capital via processos de industrialização, possibilitando altos níveis necessários de legitimidade governamental, manutenção da ordem social e diversos graus de integração social.

Independentemente de falhas institucionais, insuficiências financeiras, limitações na cobertura, exclusões de amplos setores de trabalhadores e setores subalternos e protagonizando processos de cooptações políticas, clientelismos, cultura do “favor”, etc., esta dinâmica consolidou amplas instituições de políticas sociais que, embora dentro das margens do capitalismo periférico, atendiam demandas de trabalhadores no interior da particularidade de luta de classe em cada realidade.

Por tanto, é possível afirmar que efetivamente, até meados dos anos 1980 e início da década de 1990, o capital, sem desatender seus interesses de valorização, foi absorvendo algumas demandas do trabalho e tensionando interesses dos setores dominantes através das estruturas de políticas sociais.

Não obstante, desde os anos 80, data de expressão da crise estrutural e a denominada “crise da dívida” nos países de América Latina, e no devir destes 40 anos de implementação de ajustes estruturais neoliberais ortodoxos ou heterodoxos, podemos notar que o modelo de reprodução do capital, os Estados e os esquemas de políticas sociais foram se reestruturando. Respondendo sistematicamente às “recomendações”⁷ das agências multilaterais e, dependendo das formas de políticas sociais preexistentes e forças políticas protagonistas existentes em cada nação, processaram-se uma série de mudanças gerais e análogas em diversos setores das políticas sociais:

1. a) um constante processo de desfinanciamento estatal dos setores sociais provocando uma precarização geral das políticas sociais públicas permanentes, aqueles sistemas de políticas sociais de Estado (saúde, educação, previdência social, habitação, parte da

⁷ De acordo com os documentos do BIRD: “*Invertir en salud*” (1993) e “*Envejecimiento sin crisis*” (1994), as recomendações sugerem: desarticulação dos sistemas públicos, conservação deles somente para os trabalhadores que não podem pagar. Promover e incentivar o investimento em pensões, planos de saúde e educação privadas, “previdência complementar” privada, para os trabalhadores melhor posicionados no mercado de trabalho. Resumem como: Serviços públicos precários e assistência (PTR) para os que precisam dela.

assistência social). Ainda que com alguns níveis de universalidade (saúde e educação), são cada vez mais direcionadas para os trabalhadores pobres;

b) paralelamente a este processo, os Estados neoliberais, vão promovendo a oferta de serviços sociais privados com ou sem fins de lucro desde a sociedade civil. Os serviços sociais oferecidos pela sociedade civil sem fins de lucro tratam de diversos programas assistenciais nas áreas de alimentação, educação, assistência geral a crianças e adolescentes, idosos, dependentes químicos, etc., proporcionados por instituições da sociedade civil conhecidos como o “terceiro setor” (associações civis, ONG’s, entidades religiosas, filantrópicas, fundações, empresas sociais, etc.), com financiamento público e/ou privado. Respeito aos serviços sociais com fins de lucro, vai aumentando progressivamente a oferta de empresas de saúde (*prepagas* na Argentina, seguros privados, no Brasil), educação (especialmente universitária em ambos países), fundos de pensões (*AFJP*’s⁸ na Argentina, Fundos de Pensões abertos e fechados no Brasil). Se observa, cada vez mais, o aumento da presença de serviços e bens sociais, pertencentes ao âmbito da proteção social, que se compram enquanto mercadorias, o que chamamos rapidamente, mas não tão corretamente, como privatização das políticas sociais e que aqui preferimos categorizá-lo como mercantilização de bens sociais. Estes bens e serviços são direcionados aos trabalhadores que ocupam melhores posições no mercado de trabalho (ou grande parte da classe média). Vão se criando novos mercados que vendem bens e serviços sociais apoiados na ideia de individualização da proteção social e da reprodução da força de trabalho, financiada prioritária e/ou exclusivamente pelo trabalhador –diretamente, através de seus ingressos ou indiretamente, via impostos gerais–, ou pelos trabalhadores, empresários e/ou Estado modo tripartite para trabalhadores formais. Ademais, há que destacar que todas as empresas que vendem serviços sociais estão relacionadas ao mercado financeiro através de investimentos em fundos financeiros ou na compra de títulos públicos, entre outras formas financeiras, pelo qual precisamos estudá-los como parte dos processos de financeirização das políticas sociais.

2. Ao mesmo tempo, desde o Estado, se multiplicam uma série de programas assistenciais de transferência de rendas condicionados⁹, focalizados e fragmentados, alargando os

⁸ *Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones*, sistema de capitalização constituídas por capitais públicos, privados e dos trabalhadores, paralelo ao sistema de repartição simples, criadas em 1994 e extintas, enquanto tais, em 2008.

⁹ No **Brasil** existiram e existem, entre outros, os seguintes programas: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Renda Mensal Vitalícia (RMV), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Programa Bolsa Escola (BES), Programa Bolsa-Alimentação (BAL), Auxílio-Gás, Programa Cartão Alimentação (PCA) y Programa Bolsa Família (PBF). Desde 2003, os programas que permanecem são o PBF e BPC, ademais do PETI. P PBF transferiu até maio de 2024, 14 vezes a soma que distribuía em 2004 (em valores corrigidos pela inflação). Em março de 2024 se “gastaram” R\$ 296 milhões (U\$ 56,92 milhões), que alcançam 21,1 milhões de beneficiários do PBF e 5,8 milhões de beneficiários do BPC. (Fonte: <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-distribui-r-12-tri-em-beneficios-sociais-em-5-anos/#:~:text=Depois%20de%20eleito%2C%20o%20ampliou,dados%20para%20ambos%20os%20programas>. Com base em dados do Ministerio do Desenvolvimento Social. Acesso 17/06/2024). Em **Argentina**, a maior quantidade de programas de transferência condicionada se relaciona com as atividades trabalhistas. Existe atualmente um programa de transferência condicionada: *Asignación Universal por Hijo para Protección Social* (AUH, 2009-atual), destinado a melhorar a qualidade de vida e o acesso à educação das crianças e adolescentes menores de 18 anos que não possuam outro programa familiar prevista pela Lei 24.714 e formem parte de grupos familiares onde o/a responsável se encontram desocupados, sejam trabalhadores não registrados (sem contribuições), sejam trabalhadores/as domésticos/as ou *monotributistas sociales*. A partir de maio de 2011, no

programas existentes ou criando novos, apoiados na falsa ideia de “eliminação” de níveis de pobreza, no entanto insuficientes para a manutenção da força de trabalho, de baixo custo em relação a outros programas e com financiamento público e/ou privado destinados a trabalhadores desocupados, pobres e miseráveis.

Dentro do marco do capitalismo dependente neoliberal contemporâneo, a questão importante aqui é que estas novas configurações só podem ser entendidas como partes integradas e combinadas dialeticamente do mesmo processo. Resumindo, as principais características são: um processo de ampliação da mercantilização de bens e serviços sociais (saúde, educação, previdência social, habitação, entre outros setores), paralelamente à constante precarização das políticas sociais públicas permanentes, de “assistencialização” da proteção social (especialmente a multiplicação de programas de transferência de renda condicionada entendidos oficialmente como “solucionadores” da pobreza) e de incorporação das políticas sociais na dinâmica de financeirização, afastando a ideia de ampliação de políticas sociais de proteção e capacitação públicas e financiadas coletivamente.

Trabalhamos a seguir as dimensões que constituem o contexto que determinam estas mudanças no esquema de políticas sociais em países da América do Sul.

2.1 Crise permanente, neoliberalismo e “recuperação” do capitalismo

Para entender a reestruturação do esquema de políticas sociais em este longo período neoliberal, precisamos retornar o significado da crise estrutural do sistema capitalista, entendida atualmente como permanente, e o sentido da doutrina neoliberal como uma das respostas dos setores dominantes do capital para recuperar seu poder econômico e político.

É importante voltar ao significado da crise estrutural de fins dos anos de 1960 e início da década de 1970, menos pelo que a crise significa em si, que pelas respostas organizadas para enfrentá-la, as quais recolocam ou repõem, sob diversas condições, as bases das políticas sociais ao afetar o modelo de reprodução do capital, ao Estado, às classes dominantes e ao trabalho.

Tendo como base autores de matriz marxiana, como Mandel (1982), Mézáros (2009) e Chesnais (1995), consideramos que estamos inseridos numa crise que podemos definir como permanente desde 1970/73, com nítidas expressões nas economias latino-americanas na década de 1980, reeditada entre 2005 e 2008, na forma de crise financeira, bancária e novamente evidenciada entre 2013/15. Inclusive, estas últimas, entendidas como consequência das medidas neoliberais implementadas que, para restaurar o poder da classe dominante, debilita e ataca econômica e politicamente aos trabalhadores desde a década de 1990.

marco d AUH, se estabelece a *Asignación Universal por Embarazo* no âmbito da Proteção Social; em 2015, se da início à *Ayuda Escolar Anual* na educação básica e polimodal, que se entrega por cada filho em idade escolar. Em 2022 foram transferidos \$ 384.722.700.000 (U\$ 2.945.358.291), que representam 0,47% do PIB. Os montantes das transferências, o orçamento e a cobertura deste programa o posicionam como um dos programas de assistência mais relevante na região. Em termos de Pensões não Contributivas existem 2 programas: *Pensión Universal para el Adulto Mayor* (2016-atual) e *Programa de Pensiones no Contributivas* (1948-atual) para famílias vulneráveis sem ingressos ou outros programas e incapacitados para o trabalho com um custo de \$605.032.663.859 (U\$ 4.632.006.307) em 2022, que implica 0,74% do PIB. (Fonte: *Base de datos de programas de protección social contributiva en América Latina y el Caribe. Observatorio de Desarrollo Social. Naciones Unidas – Cepal.* <https://dds.cepal.org/bpsnc/ptc?pais=ar> Acesso: 18/06/2024).

Apoiados em Marx (1992), podemos inferir que as crises são expressões das contradições do próprio sistema¹⁰ na sua constante busca por lucros. Resumidamente, as crises se expressam como superprodução de bens que não se vendem e consomem, por tanto, não se realiza o seu valor e devêm uma queda das taxas de lucro. Atualmente, esta dinâmica se torna mais ou menos permanente.

Os limites à realização do valor obrigam aos diversos capitais a buscar estratégias de recuperação de lucros, o que pode suceder: 1. ou através da realização do valor, diminuindo custos de produção, desregulando mercados, explorando cada vez mais à força de trabalho, criando novos mercados e/ou, 2. através do dinheiro como medida de valor, como portador de juros (processos de financeirização).

Atualmente, as políticas sociais se constituem como espaços onde se realizam as duas estratégias descritas. As desenvolvemos mais à frente.

Uma das principais respostas dos setores dominantes do capital para a recuperação das taxas de lucro, é o avanço teórico, econômico e político-ideológico do **neoliberalismo**, o qual estabelece as condições para o desenvolvimento de ambas as estratégias de recuperação de lucros e do poder político da burguesia.

De acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo se apresenta como resposta à crise permanente e impõe-se como projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Daqui que, de acordo com o autor (op. cit.), podemos inferir que se o neoliberalismo é a estratégia de recomposição do poder econômico e político burguês, ao mesmo tempo precisa-se enfrentar os trabalhadores organizados.

Ademais, e agregando mais determinações explicativas, consideramos, tal como Harvey (op. cit., p. 12) coloca, que o neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que a sociedade se desenvolve melhor liberando as capacidades empreendedoras individuais na estrutura institucional com sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e comércio.

Para que isto se materialize, o neoliberalismo, por um lado, desestrutura e desfinancia o Estado socialmente intervencionista, regulador, planejador, eventualmente questionador da propriedade privada, das liberdades individuais e do mercado competitivo¹¹ (Cf. Harvey, op. cit. p. 14). Por outro lado, como já dissemos, precisa debilitar ou quebrar as forças sociais organizadas de trabalhadores que, com suas demandas, pressionam o capital econômica e politicamente.

Desde finais do século XX, com o avanço neoliberal de desregulação estatal podemos observar mais nítida e profundamente que, tal como afirma Marx: o limite da produção é o lucro e (menos) nunca as necessidades dos produtores (trabalhadores)¹². Ou como assevera Mészáros (2009), atualmente se aprofunda cada vez mais a separação entre a produção social para a atenção das necessidades humanas e a reprodução do capital. E o pensador vai mais

¹⁰ Sabemos que a contradição fundamental do sistema capitalista se expressa como a produção social e a apropriação privada da riqueza descrita no Cap. XXIII do Livro I do Capital, A lei geral da acumulação capitalista.

¹¹ No entanto, temos que ter cautela. Que isto não se confunda com um Estado débil, já que um Estado frágil é incompatível com a defesa da propriedade privada e a garantia de lucros. É a construção de um Estado neoliberal afastado das defensas de garantias e das regulações trabalhistas e sociais.

¹² Cf. Boschetti, 2016, p.114.

longe quando alega que é possível observar que nestas condições se intensificam as consequências destrutivas no mundo: especialmente a precarização do trabalho e da natureza.

No marco da recuperação econômica e política do capitalismo, os países da América do Sul ocupam um lugar particular, subordinado. Atualizando sua dependência na divisão internacional do trabalho, o Estado é parte direta da restauração do capitalismo interno e externo através, entre outros instrumentos, das políticas sociais.

3. Modelo de reprodução do capital, ajustes neoliberais e Estado na América dependente

Na América Latina, o neoliberalismo também se configura como projeto de restauração/recomposição política e econômica dos grupos dominantes¹³ internos e externos, existentes e/ou novos. A luta começa efetivamente pós “década perdida” (1980) mediante a implantação dos ajustes estruturais neoliberais iniciada entre as décadas de 1980 e 1990 e alavancando o modelo de acumulação “Exportador de Especialização Produtiva” (Osório, 2012), construído através de ofensivas ortodoxas e heterodoxas, quer dizer que incorporam mais ou menos às demandas dos trabalhadores e setores subalternos, porém todos baseados em políticas macroeconômicas muito similares.

Há 40 anos, não sem tensões internas, as forças político-econômicas neoliberais conservadoras apresentaram o neoliberalismo como a única resposta ao esgotamento do modelo desenvolvimentista de industrialização por substituição de importações (ISI), responsabilizando o Estado planificador e regulado pela crise e instalando como central a necessidade de que os países latino americanos se recuperem economicamente se incorporando definitivamente à lógica financeira internacional através do pagamento das dívidas públicas¹⁴ internas e externas. Seguindo as permanentes “recomendações” das agências multilaterais, alimentar o mercado financeiro internacional se apresenta como eixo central e função primária dos Estados dependentes.

As economias dependentes, sob as estratégias neoliberais, foram se centrando em atividades primárias (agricultura, pecuária e atividades extrativistas), constantes processos de desindustrialização, maior participação na venda de *commodities*, participação de empresas estrangeiras, ênfase no mercado financeiro através de altas taxas de juros, significando um crescimento dos ativos bancários, entre outras e constituindo um padrão de reprodução do capital específico. Se completa com períodos de reindustrializações leves, um maior desenvolvimento do sistema financeiro, reformulações das funções dos Estados e pautas político-sociais.

¹³ Se trata da restauração de frações dos setores das classes dominantes que formam o novo bloco de poder composto por grupos econômicos produtivos e financeiros nacionais e internacionais (Filgueiras, 2006). Burguesias internas industriais e bancárias aliadas ao capitalismo internacional e classes médias superiores segundo Boito (2016). Martuscelli (2010) identifica a burguesia como uma elite de executivos e acionistas das empresas corporativas transnacionais, burocratas estatais e políticos, técnicos e profissionais, meios de comunicação, que compartilham valores, cultura, padrões de consumo e visão do mundo, controlam planos de desenvolvimento econômico nacionais, a política interna e processos político-ideológicos da vida cotidiana.

¹⁴ A dívida pública é um instrumento facultativo do Estado, cuja finalidade deveria ser obter recursos para financiar os orçamentos ou investimentos públicos. Não obstante, tem se constituído num mecanismo de valorização do capital fictício através da venda de títulos públicos.

Como dissemos, o novo modelo de reprodução do capital nos países tratados, se desenvolve sob os ajustes estruturais neoliberais. Estes trazem, pelo menos, três conjuntos de características: 1) a abertura e liberalização econômica (comercial e financeira), 2) a subordinação e vulnerabilidade externa estrutural e 3) o domínio do capital financeiro. (Filgueiras - Gonçalves, 2007). Recuperando princípios liberais, os ajustes propõem, segundo os autores, que a revitalização das economias subordinadas se realizaria mediante as já conhecidas políticas de liberalização das relações econômicas; as reformas de Estado; a privatização de empresas públicas; a desregulação dos mercados, inclusive o de trabalho (junto às reformas trabalhistas e sindical). Assim, a condição periférica continua sendo determinada pela relação de subordinação aos países centrais. Se renova a posição subalterna no sistema econômico internacional e se aprofunda a lógica do capital financeiro.

Na região, o capital fictício (portador de valor) se mobiliza cada vez mais na ampliação dos processos de financeirização quantitativa e qualitativamente. A liberalização financeira e o sistema de pagamento das dívidas externas e internas são centrais nesta dinâmica.

O Estado neoliberal periférico e dependente é uma peça fundamental neste processo de recuperação do capitalismo voltado majoritariamente para o exterior. Se coloca como impossibilitado para atender às demandas do trabalho por falta de recursos, no entanto se evidencia forte para garantir mercados lucrativos para diversos setores do capital, especialmente o financeiro.

Isto se materializa através de estratégias que, a qualquer custo, alcancem a estabilidade da balança comercial, se reduza o déficit fiscal, diminuindo gastos públicos (sociais especialmente) e se consiga o superávit primário¹⁵ que permita pagar compromissos financeiros como centro das ações estatais. A isto se agrega medidas que subsidiam grandes capitais, diminuindo ou extinguindo impostos, transferindo recursos do fundo público¹⁶ para particulares financeiros, realizando privatizações de empresas e patrimônio público e abrindo mercados de bens sociais tradicionalmente públicos.

Como instrumentos do Estado, as políticas sociais se redefinem neste contexto. Trabalhamos a seguir, de forma introdutória, os processos de ampliação da mercantilização de bens sociais, a disputa pelo fundo público e os processos de financeirização como dinâmicas que determinam atualmente as políticas sociais.

3.1 Mercantilização e financeirização das políticas sociais

Como dissemos no item 2, a recuperação de lucros de diversos setores do capital se realiza: 1. na dimensão produtiva (diminuindo custos, explorando mão de obra, abrindo mercados, etc.) ou 2. no setor das finanças (dinheiro como portador de valor, créditos, juros, títulos da dívida, *bonos*¹⁷, etc.).

É preciso observar que as reformulações neoliberais levaram às políticas sociais a se inserir na dinâmica destas duas formas de recuperação de lucros e valorização de capitais.

¹⁵ O superávit primário é a diferença entre ingressos não financeiros (impostos, taxas, lucros de empresas públicas, multas) e gastos não financeiros do orçamento público, sem computar interesses e correção monetária da dívida, que dizer que se excluem juros pagos, resultados negativos dos Bancos Centrais, entre outras.

¹⁶ O fundo público é o conjunto de recursos que o Estado arrecada da sociedade, em forma de taxas, contribuições, impostos, etc., para o desempenho de suas funções. (Behring, 2017).

¹⁷ Títulos de renda fixa.

Por tanto, se relacionam material e diretamente ao processo de aprofundamento da mercantilização de bens e serviços e de financeirização¹⁸ das economias centrais e dependentes.

Se tratando da dimensão produtiva, é fácil reparar na criação de novos mercados de bens sociais, aqueles tradicionalmente oferecidos pelo setor público estatal, o que já denominamos como **mercantilização** de bens e serviços sociais para a reprodução da força de trabalho e proteção social dos trabalhadores melhores posicionados no mercado de trabalho, setores que possam comprar esses bens no mercado da proteção social e educação, entre outros. Aqui estamos nos referindo concretamente à proliferação dos mercados de Fundos de Pensões, de Planos de Saúde Privados e educação privada (majoritariamente universitária), entre outros mercados como o da seguridade pública privada, habitação, etc.

No setor das finanças, podemos observar dois movimentos: **a.** o redirecionamento de fundos públicos sociais, fundos previdenciários (alocados na *Anses*¹⁹ e no INSS) ou qualquer outro fundo dos trabalhadores (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço -FGTS²⁰, fundos para trabalhadores desempregados, etc.), para o pagamento de serviços da dívida pública, gerando assim lucros financeiros para setores rentistas com recursos dos trabalhadores, ou através do pagamento direto de valores devidos ou mediante a venda de títulos ou *bonos* do Estado, e **b.** o setor das finanças (créditos, empréstimos, *bonos*, títulos, fundos, etc.), que não só se situa no centro das funções do Estado a serviço do mercado rentista, senão que também se incorpora à vida cotidiana dos trabalhadores e setores populares mediante as “funções de crédito” nas políticas ou programas sociais de transferência de renda, tais como: o Programa Bolsa Família, os diversos Planos Sociais na Argentina, em programas de financiamento à educação universitária, no sistema de Previdência Social, entre outros, em ambos países. Isto ocorre na oferta de créditos populares via programas sociais, incorporando diretamente os usuários ao sistema bancário e financeiro.

Desde os anos 1990 até hoje vão se implementando instrumentos de Estado que permitem incorporar às políticas sociais a dinâmica financeira. Alguns desses, entre outros, são:

1. O *Decreto de Necesidades de Urgencias (DNU, 2024)*, *Ley de Bases (2024)* na Argentina, Teto de gastos (2023) no Brasil, que limitam o uso do orçamento público na área de investimento sociais sob o argumento de equilibrar as contas fiscais e alcançar o superávit primário e pagar os compromissos financeiros;
2. A oferta de *bonos* ou títulos da dívida e múltiplos outros títulos do Estado, pagos com recursos do orçamento público constituído por recursos dos trabalhadores;
3. A transferência direta de recursos do fundo público destinado aos Ministérios de Saúde, Educação, Seguridade Social para o pagamento de juros da dívida. Exemplo

¹⁸ Resumidamente, com financeirização estamos fazendo referência ao processo no qual o setor financeiro, mercados, instituições e elites ganham um protagonismo maior ou desproporcionado na economia em relação a outros setores, afetando a produção e com implicações para a vulnerabilidade econômica e aumentando o risco de crises financeiras.

¹⁹ A *Administración Nacional de la Seguridad Social – ANSES* é, na Argentina, a equivalente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

²⁰ Fundo criado com o objetivo de proteger o trabalhador do sector privado ante a demissão sem justa causa. É financiado pelo empregador mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

disto é a Desvinculação da Receita da União (DRU)²¹ no Brasil, estratégia de redirecionamento de recursos públicos sociais do sistema de políticas sociais para o pagamento de serviços financeiros.

Por sua vez, empresas que oferecem serviços sociais, tais como seguros privados de saúde, universidades privadas, fundos de pensões, e as instituições públicas de previdência social (*Anses* na Argentina e INSS no Brasil), são os compradores destes títulos o *bonos* do Estado.

Desde o ponto de vista do financiamento das políticas sociais, podemos, todavia, observar, por um lado, que é através do fundo público, composto maioritariamente por impostos e contribuições dos trabalhadores, que todos eles financiam sua proteção e educação. A isto se soma que, uma parte dos trabalhadores, os melhores posicionados no mercado de trabalho, também financiam serviços sociais para sua proteção diretamente com parte de seus ingressos, tais como os seguros de saúde privados (*prepagas* ou *Obras Sociales* na Argentina e seguros privados no Brasil; Fundos de Pensões abertos ou fechados no Brasil; educação privada em ambos países). Por outro lado, se parte do fundo público se destina para o pagamento da dívida (diretamente ou através de títulos públicos), podemos notar que estão se transferindo recursos dos trabalhadores diretamente para o capital especulativo internacionalizado desde qualquer uma das formas descritas.

Definitivamente, o sector financeiro ou rentista é central no atual modelo de reprodução do capital e as políticas sociais se incorporam a esta dinâmica. Isto denota uma maior vinculação da reformulação das políticas sociais à valorização dos capitais que às necessidades de proteção e capacitação dos trabalhadores, no maior repasse de recursos dos trabalhadores para o capital e na disputa dos fundos públicos sociais pelo setor financeiro, o que abre a possibilidade de relacioná-los com o debate das “expropriações” e as políticas sociais.

3.2 Introdução ao debate sobre mercantilização de bens sociais e “expropriações”

O esquema de políticas sociais neoliberais na contemporaneidade, reorganizado sob a redução de oferta e financiamento públicos, de maiores dificuldades no acesso e de eliminação de direitos sociais, e a ampliação da oferta mercantil de bem sociais para a reprodução e qualificação da força de trabalho, fez com que alguns/as autores/as²² relacionem estes fenômenos com a categoria de “expropriações” contemporâneas. Sem desconhecer que o debate tem importantes níveis de complexidade, o exporemos aqui, mesmo que brevemente.

²¹ É o mecanismo que permite ao governo nacional usar livremente 30% de todos os tributos nacionais vinculados por lei a fundos ou gastos. A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais, que respondem por quase 90% do montante desvinculado. Foi criada em 1994 como *Fundo Social de Emergência (FSE)*, sob o argumento de estabilizar a economia. No ano 2000, denominou-se *Desvinculação de Receitas da União*. Na prática, permite que o governo aplique os recursos destinados às áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer gasto considerado prioritário e na formação do superávit primário. Também possibilita o manejo de recursos para o pagamento de serviços da dívida pública. Foi estendida em 2015 e 2023. Fonte: Agência Senado Federal <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>. Acesso: 22/07/2024.

²² Autoras/es consultados Harvey (2004), Fontes (2010, 2018), Boschetti (2016, 2018).

Como apontamos anteriormente, sabemos que, desde a implantação da doutrina neoliberal como forma de recuperação de lucros, as políticas sociais públicas e os recursos públicos (fundos públicos), são áreas cada vez mais disputadas e apropriadas por setores do capital portador de juros²³.

Em primeiro lugar, encontramos em Harvey (2004, 2008), a ideia de que o Estado capitalista, na fase monopolista neoliberal, auxilia cada vez mais diversos capitais na preservação e/ou criação de mercados em setores de utilidades públicas comuns, expropriando terras, água, ou promovendo ao mesmo tempo a redução pública e a mercantilização de bens públicos como pensões, educação superior, saúde e seguridade pública. Segundo o autor (2004:130-131) os processos de privatizações significam que os ativos de propriedade dos Estados ou de serviços públicos sociais, se lhe entregam ao mercado para que capitais sobre acumulados possam investir nesses nichos lucrativamente. Como já adiantamos, os sistemas de previdência social, educação, saúde, seguridade, habitação, etc., se configuram como esses espaços públicos para ser utilizados como “novos” campos para a atividade lucrativa.

Assim, segundo Harvey (2004), esta dinâmica pode ser entendida como uma nova onda de expropriações a partir do fato de que, desde as estratégias neoliberais, os Estados incentivam e propiciam a atenção à saúde, educação e sistemas de pensões -setores que tinham baixo nível de mercantilização-, desde a esfera privada lucrativa para ocupar o capital ocioso e convertê-los em setores lucrativos.

O autor define estes movimentos como “capitalismo por espoliação” fazendo referência à liberação de um conjunto de ativos a um baixo ou nenhum custo, lhe dando um uso lucrativo.

Fontes (2018) indica que o debate se instala desde que a ocupação lucrativa de espaços de serviços sociais, possibilitadores de reprodução e, em alguns limites, de existência do trabalhador, não poderia se equiparar à desapropriação de meios de produção como indicado por Marx em “A assim chamada acumulação primitiva”²⁴ para definir como uma nova onda de expropriações.

No entanto, a autora (2010) trabalha a noção de que os processos de expropriações não são fenômenos exclusivos de início do desenvolvimento do capitalismo, como processos vinculados exclusivamente à separação entre produtor e seus meios de produção, senão que podem ser considerados constantes, permanentes e, por tanto, podem ser observados e

²³ Karl Marx define o “capital portador de juros” no Livro III D’Capital, como uma forma do capital dinheiro que, no momento de ser emprestado, produz uma quantidade adicional de dinheiro (juros) para o credor sem que este tenha que participar diretamente na produção ou na gestão do capital. Está presente em forma de empréstimos bancários, hipotecas, títulos e outros instrumentos financeiros. O capital portador de juros pode contribuir à formação de capital fictício. Com capital fictício Marx se refere àquele capital que não tem uma existência física tangível em bens ou serviços, senão que se baseia na representação de um valor futuro. Seriam os ativos financeiros, como ações e outros títulos ou valores, que representam uma reclamação sobre a riqueza futura, mas não constituem em si mesmos riquezas real. Este capital se baseia em expectativas e podem aumentar independentemente do crescimento real da economia. (Cf. Marx, 2009).

²⁴ Marx (1992) trata a questão das expropriações no Capítulo XXIV d’Capital: A assim chamada acumulação primitiva, entendendo-as como processos originais de desapropriação violenta de terras através de “cercamentos” de terras estatais públicas, apropriações violentas de terras de propriedade da igreja (depois da Reforma) e de trabalhadores servís, o que significa que parte dos setores dominantes entre os séculos XV e XVII construíram a propriedade privada da terra através da desapropriação de um dos meios de produção (a terra) ou “meio de existência”. Isto implicou uma correria de trabalhadores “agora livres” para o mercado de trabalho aumentando as fileiras de desempregados, pobres e miseráveis.

estudados no capitalismo contemporâneo onde a elevada concentração de capitais, sob a forma monetária, impulsiona formas variadas de expropriações subordinando cada vez mais a existência humana ao capital.

Fontes (2010) trata como “expropriações secundárias”, aquelas que explicam os processos econômicos e sociais que intensificam a disponibilidade do trabalhador para o mercado e que ademais criam novas formas de acumulação e extração de mais valor. Estes atualmente avançaram sobre o desmantelamento de direitos sociais (Fontes, 2010, p. 55). Podemos entender que a redução de direitos sociais paralelamente à ampliação de espaços mercantilizados em setores de proteções sociais significa a subtração de condições históricas de reprodução da força de trabalho por meio da apropriação por parte do capital de espaços e/ou fundos públicos.

Próximos das reflexões de Boschetti (2016), entendemos que é possível tratar o processo contemporâneo como “expropriações” de condições básicas de vida, como apropriações por parte do capital de espaços e bens públicos (como os sistemas de pensões, educação, saúde, etc.), que acabam desapropriando os trabalhadores de alguns dos instrumentos do Estado, não entendidos como propriedade social dos trabalhadores²⁵, senão como os recursos ou bens que possibilitam a socialização da reprodução da força de trabalho, alguma mobilidade social, níveis de socialização política, ampliação de direitos sociais, aumento de graus de bem estar, pontos entendidos aqui como o conjunto de interesses, conquistas e pautas de trabalhadores e setores subalternos, por tanto, foco de ataque neoliberal e, em maior ou menor medida, estratégias que colocam certos limites ao capital.

Ademais, obrigam os trabalhadores a oferecer sua força de trabalho com menos ou nenhuma condição social de reprodução, qualificação ou proteção e/ou a financiar sua reprodução e a do capital financeiro com seus ingressos.

Assim, pela redução de políticas sociais públicas permanentes e o aumento constante da oferta privada de bens e serviços sociais, uma parte da reprodução da força de trabalho, a proteção social e a qualificação dos trabalhadores, está respondendo mais aos interesses dos setores financeiros que às necessidades dos trabalhadores.

4. Reflexões

Em termos de fundamentos, os esquemas de políticas sociais desenvolvidos em cada país da região foram intrínsecos aos diversos modelos de reprodução do capital e desenvolvimento do capitalismo dependente, foram centrais na estruturação e fortalecimento dos Estados Nação, nos orçamentos públicos e moldados nas relações político-sociais entre diversas frações de classes sociais. Estas dimensões marcaram diferenças em cada experiência particular, mas, ao mesmo tempo, definiram elementos comuns que nos permitem analisar as experiências como similares na região.

Entendendo que as políticas sociais são instrumentos do Estado, definidas na relação entre a estrutura econômica e as relações político-ideológicas da sociedade através do Estado,

²⁵ Tal como indica Boschetti (2016, p. 131), não se trata de entender os seguros sociais, de previdência ou saúde, sistema educacional, como “propriedade social” dos trabalhadores. Senão, compreender a restrição e até a impossibilidade que traz a mercantilização de espaços públicos para a reprodução da força de trabalho, o dispêndio de mais recursos dos trabalhadores para sua proteção e educação e em aumentar a extração de mais valor para sustentar cada vez mais espaços lucrativos.

se alterando o modelo de reprodução do capital e o projeto de dominação político em função especialmente do setor financeiro, efetivamente, redefinem-se as políticas sociais.

Desde o início dos anos 1990, a restauração do capitalismo dependente, sob o domínio dos setores financeiros, ligados a grupos produtivos (agronegócio, mineração, indústria, serviços, etc.), promove um conjunto articulado de reestruturações econômicas, político-ideológicas e sociais que impactaram diretamente no Estado e nas políticas sociais de forma que vão se restringindo ou, até negando, o acesso dos trabalhadores a políticas e programas públicos de proteção social e qualificação.

O Estado neoliberal, respondendo maioritariamente aos setores dominantes, se distancia das responsabilidades sociais pela proteção social ampla e permanente, promove a mercantilização de bens e serviços sociais e desloca os recursos públicos (fundos públicos gerais e dos trabalhadores em particular) e parte dos salários para outros espaços e com outros fins.

Isto se expressa nas dinâmicas descritas no item 1:

1. Programas cada vez mais focalizados, super fragmentados e condicionados, longe do caráter de sistemas permanentes, de baixo custo, financiadas em grande parte com os próprios recursos dos trabalhadores (através do pagamento de impostos gerais) e incorporadas à lógica do sistema bancário (através da opção de crédito), paralelamente ao
2. aumento da mercantilização de bens sociais, onde os trabalhadores financiam a sua proteção e qualificação com seus recursos individuais, os quais contribuem para alimentar a financeirização pois os bens ou serviços privados estão conectados com fundos financeiros e os trabalhadores acabam financiando os lucros do setor.
3. parte dos orçamentos destinados ainda para as políticas sociais são deslocados para pagamento de serviços financeiros das dívidas.

Nenhuma destas dinâmicas tende a recuperar ou recriar sistemas de atenção à educação, saúde, previdência ou assistência público-universal, com aumento do financiamento e cobertura pública, ampla, coletiva e como expressão de direitos sociais garantidos constitucionalmente.

A recuperação de setores rentistas implica cada vez mais na apropriação de parte das riquezas produzidas pelos trabalhadores através da disputa do fundo público e de seus recursos, deteriorando assim suas condições de trabalho e de vida.

Definitivamente no atual período neoliberal, o sistema de políticas sociais sul-americano se incorpora diretamente à lógica de valorização do capital financeiro, como um mecanismo mais funcional à acumulação e ao processo de construção da hegemonia neoliberal conservadora em regime político democrático formal que como instrumento de respostas aos interesses de reprodução e bem-estar da força de trabalho, socialização de custos do trabalho e ampliação de direitos sociais.

É possível afirmar, assim como os/as autores/as consultados, vincular estas formas contemporâneas como processos de “expropriações”, entendidas como formas que retiram do trabalhador cada vez mais condições de reprodução da sua força de trabalho e de vida e que trazem como: a impossibilidade de ampla proteção e qualificação para os trabalhadores, a subsunção ainda maior do trabalho ao capital e o apassivamento da classe trabalhadora.

5. Referências

- BEHRING, E. BOSCHETTI, I.S. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BIRD. **Invertir en salud: informe sobre el desarrollo mundial**, 1993. Washington, D.C. 1993.
- BIRD. **Envejecimiento sin Crisis: políticas para la protección de los ancianos y la promoción del crecimiento**. Oxford University, New York, 1994.
- BOITO, A. Jr. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *In: Revista Crítica Marxista*, n. 42. Campinas: IFCH, Unicamp, 2016. (p. 155-162)
- BOSCHETTI, I. (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- COUTINHO, C. N. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou Contra-Reforma? *In: Revista Novos Rumos*. Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, jan.-jun., 2012.
- FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FILGUEIRAS, L. **Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual**. Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez., 2018.
- FONTES, V. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. *In: Boschetti, I. (org.) Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, Ministério de Saúde, UFRJ, 2010.
- GALIZIA, S; VIEIRA, G.; MENDES, C.J. Previdência social, fundos de pensões e a valorização do capital financeiro. *In: Maranhão: Jornadas Internacionais de Políticas Públicas – JOINPP*, 2019.
- GALIZIA, S; PASTORINI, A. Principais características da redefinição da proteção social no Brasil IN: ALVES, A.; GALIZIA, S.; PASTORINI, A. (org.) **Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012.
- HARVEY, D. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- LENIN, V. [1917] O imperialismo: fase superior do capitalismo IN: LENIN, V. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-ômega, (p. 575-678), 1979.
- MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia (1973) in **América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales** Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre: CLACSO, 2008.
- MARTUSCELLI, D. E. A burguesia mundial em questão. *In: Revista Crítica Marxista*, n.30, Campinas: Ed. Unicamp, p.29-48. 143, 2010.
- MARX, Karl. [1975]. **El capital**. Tomo I. Livro Primeiro. Buenos Aires: Siglo XXI editores. S.A., 1992.
- MARX, Karl. [1981] **El capital**. Tomo III. Livro Tercero. Buenos Aires: Siglo XXI editores. S.A., 1992.
- MÉSZÁROS, István. **La crisis estructural del capital. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información**: Caracas, 2009.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A. e PERUZZO, J. “O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América latina”, In Mota, A. E. (org.) **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia**, São Paulo: Cortez, 2012.
- MATOS, M.B. **Governo Bolsonaro, neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea in **Revista Argumentum**. Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012, 2012.
- OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira in RIZEK, C., OLIVEIRA, F. de, B. R. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, p. 103-139, 2012.
- OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, p. 37-86, 2012a.
- OSÓRIO, J. Sobre o Estado, poder político e o Estado dependente. Brasília: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul/dez., 2017.
- PERRY, A. Balanço do Neoliberalismo in Sader, E.; Gentile, P. (org.) **Pós neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SILVA. G.da.S. “**Fundo Público e Políticas Sociais: trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros**” in: Anais debates acadêmicos. Rio de Janeiro: IPEA 47, 2012.